(Des)construção de preconceitos e subalternização em
A árvore das palavras, de Teolinda Gersão
(De) construction of prejudices and subordination in
A árvore das palavras, by Teolinda Gersão

Frederico José Machado da SILVA¹

Resumo: O presente artigo analisa a relação entre o dito e o não dito no livro *A árvore das palavras*, de Teolinda Gersão. Aborda a 'subalternização' da deuteragonista Lóia pela protagonista Gita escondida nas duas estratégias discursivas. Utiliza as noções de discurso da Análise Crítica do Discurso, uma interpretação do conceito de mímica, de Homi Bhabha (2005), e a tipologia do narrador de Gérard Genette (apud AGUIAR E SILVA, 2005), para apresentar nosso entendimento acerca das escolhas do que é narrado e a 'filiação' ideológica apresentada no romance.

Palavras-chave: Subalternização. Mímica. Discurso.

Abstract: The article deals with the relation between the 'said' and the 'non-said' in the romance *A árvore das palavras*, by Teolinda Gersão. It talks about the subalternization of the deuteroganist Lóia by the main character Gita, hidden in two discursive strategies. The notions of discourse will be used by Critical Analysis Discourse, one interpretation of the concept of mimicry, by Homi Bhabha (2005) and the narrator typology by Gérard Genette (apud AGUIAR E SILVA, 2005), to present our understanding about the choices of what is narrated and the ideological meaning of the romance.

Keywords: Subalternization. Mimicry. Discourse.

<http://dx.doi.org/10.24024/23585188v12n1a2019p63072>

¹ Doutor em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco | UFPE, professor e coordenador do Curso de Letras da Faculdade de Ciências Humanas de Olinda | FACHO, professor colaborador do Mestrado Profissional de Letras | Campus UFPE e professor colaborador do Curso de Especialização em Literatura Brasileira da Faculdade Frassinetti do Recife | FAFIRE | E-mail: fredmachado@ymail.com

Introdução

Ao longo da “tradição literária”, algumas teorias tentaram estabelecer funções para a literatura: a literatura como uma substituta da religião, no intuito de servir como elemento moralizante e doutrinador do homem médio (a literatura que “melhora o homem”); e a literatura como um objeto estético, sem fins práticos, possuidora de valor apenas pela beleza intrínseca. A nosso entender, as duas antagônicas abordagens acompanharam a profusão das teorias literárias do início do século passado. Serviram, cada qual em seu ambiente, para satisfazer necessidades advindas das relações entre o texto literário e a sociedade (mesmo que essa relação seja vista como impertinente na segunda proposição citada).

Atualmente, surgiu uma nova “dicotomia” nos estudos voltados para a “arte da palavra”. Dá-se entre a perspectiva que relaciona estritamente a literatura com o mundo social, cujas tendências mais conhecidas são os “estudos culturais” (e suas variantes: estudos pós-coloniais, estudos de gêneros, etc.), e certa crítica linguística que vê a literatura como um objeto destituído de relações importantes com o meio, uma herança do estruturalismo mais radical, anterior aos anos 1970. Esta última tenta esquecer que, antes de tudo, a literatura é língua, e, por conseguinte, discurso; e está sujeita às suas implicações. Os debates encetados por esta dicotomia aumentaram sensivelmente nos últimos anos e ocasionaram a produção de uma vasta bibliografia teórica, cuja inclinação maior é defender e discutir seus pontos de vista, sem aplicar as “teorias” insurgentes.

Se buscarmos fazer uma união (coerente) entre a pluralidade de “escolas” teóricas, seremos beneficiados enquanto estudiosos da literatura. Podemos, diante disso, abordar o texto por vários flancos, sem que a teorização sirva de empecilho para nossas intenções, enriquecendo, assim, o estudo literário, com a junção das variadas abordagens (desde que atentemos para as devidas limitações de cada postura). Na verdade, parece-nos que uma teoria “pura” acaba por se ensimesmar de tal maneira que não consegue vislumbrar o fenômeno literário satisfatoriamente. Sabemos que, a princípio, toda teoria deve ser pura em sua *episteme*, e essa é uma das suas razões de ser. Porém, sua aplicação, a mais importante “razão de ser”, deve ser impura, para, arriscando perder parte de sua essência, satisfazer a curiosidade do estudioso com possíveis ligações teóricas.

Pelo motivo da impureza, a qual gera grandeza, como entendemos, iremos apresentar uma leitura pluralista do romance português *A árvore das palavras*. Articularemos, para tanto, as vozes de alguns estudiosos da *Análise Crítica do Discurso* (ACD), cujos estudos estão contidos, parcialmente, no livro *Análise crítica do discurso*, organizado pela professora Emília Ribeiro Pedro (1997); e no livro de Norman Fairclough: *Discurso e mudança social* (2001). Aprofundaremos a discussão com alguns pontos que nos parecem fundamentais do livro *Crítica Linguística*, de Roger Fowler (1994). A discussão se apóia também em teorias da pós-colonialidade, sobretudo na tese da *mímica* de Homi Bhabha (2005), contida no seu livro *Local da cultura*. E, por fim, utilizaremos a tipologia do narrador de Gérard Genette, conforme apresentada por Aguiar e Silva, em seu livro *Teoria da literatura*. Essas escolhas teóricas refletem, para nós, uma tentativa de ultrapassar as fronteiras das análises sectárias de outrora.

Assim, o objetivo maior deste artigo é demonstrar como ocorre o fenômeno, denominado por nós, de subalternização, encontrado no livro *A árvore das palavras*, de Teolinda Gersão. Esperamos, com esse esboço, instigar o estudo profundo da maneira como as obras literárias refletem mundividências perniciosas, e sugerir uma reflexão sobre o fazer crítico. Apontaremos na obra a existência de um microcosmo discursivo que abrange o que é dito pela personagem Gita, para, em seguida, atentarmos para a colonialidade no seu caráter mais íntimo: o âmbito familiar. Pretendemos, ao final de nossa exposição, ter demonstrado que este microcosmo é uma parcela da dominação numa escala maior.

Dividimos nosso esboço em quatro itens. O primeiro é o *Resumo do enredo de A árvore das palavras*. O segundo trata do *problema da construção de identidades*, no qual evidenciaremos quais os elementos representativos para a discussão de identidades e, também, para explicitar as peculiarida-

des da construção dessa categoria no romance. O terceiro intitula-se *A cor e o misticismo*, e nele observamos como é valorizada a questão da cor na obra, e mostramos a tendência em mistificar o negro neste texto literário. Além disso, tratamos também da subalternização. O último item, *Subalternidade e silêncio*, foca as intenções escondidas nas entrelinhas do romance.

Resumo do enredo de *A árvore das palavras*

O romance narra a história de Gita, uma garota branca, filha de portugueses da classe média baixa, residentes em Lourenço Marques (hoje Maputo). A vida da protagonista apresenta uma peculiar característica: cresceu alimentada e amada por uma ama de leite negra (Lóia) e foi constantemente vilipendiada por sua mãe natural (Amélia). A história descreve como Gita, dividindo o amor de seu pai com Amélia, cresce, educa-se, relaciona-se com um homem e participa de algumas tímidas “manifestações” pró-revolução moçambicana e, no final, muda-se para Portugal. A zona problemática desse enredo é a tensão constante entre o amor de Gita por Lóia e a maneira como Lóia nos é apresentada pela narradora-protagonista.

O problema da construção de identidades

A construção de identidades acontece através do discurso. A maioria de nossas relações com o mundo é mediada pela língua. Quando conhecemos alguém, construímos um texto mental sobre ele(a) e, à medida que nos aprofundamos nessa relação, esse “texto” continua a ser escrito. Essa mudança é consequência das situações proporcionadas e se refletirá nas escolhas e estratégias linguísticas com as quais caracterizamos o outro. Emília Ribeiro Pedro exemplifica essa variação proporcionada pela experiência pessoal, mostrando a cobertura feita por três jornais da República Tcheca ao reportarem a canonização polêmica de um padre. A depender do jornal e de sua ideologia, no campo religioso, a identidade desse padre que será construída, nos textos, responderá às mundividências² de cada jornal (cf. Pedro, p. 302-7, in: PEDRO, 1997).

Esse funcionamento é análogo nos discursos prosaicos. Mas, ao falarmos de alguém para outro indivíduo, a imagem mental dessa terceira pessoa será construída pelo *interlocutor de nosso discurso a partir da nossa*, e esta será “filtrada” pela experiência nossa em relação àquela (pessoa). Alguns elementos serão obliterados e outros valorizados. É importante que frisemos essa característica da construção de identidades, pois essa particularidade irá ser observada na discussão sobre a obra. Dentro do universo de uma obra literária, as informações sobre os personagens serão filtradas pela ‘ideologia’ do narrador: o que ele achar importante será transmitido, e o que for negativo, ou desinteressante, será escondido.

Porém, nem só o que é dito sobre o outro deve nos importar. É patente que exploremos, também, as obliterações narrativas feitas durante um romance. Edward Said chama isso de fazer uma *leitura em contraponto*, o que, em linhas gerais, significa que devemos, ao ler uma obra, abri-la não só para o que está presente, mas também para o que foi excluído pelo texto (cf. 1995, p. 105). É saber “[...] porquê, num dado momento, de todas as coisas que poderiam ser ditas, apenas **certas coisas** foram ditas (grifo nosso)” (BALL apud PEDRO, p. 19, in: PEDRO, 1997). Ou seja, buscar os motivos de não transparecerem no discurso formador da identidade do outro (neste caso, no discurso do narrador), “certas coisas” que deveriam estar presentes.

Por entendermos a literatura como um tipo de texto (discurso), ela sofre as mesmas implicações da produção discursiva de qualquer discurso, como expõe Fowler (1994, p. 20):

² A visão de mundo (mundividência) funciona como um filtro inibidor/realçador de informações neste contexto.

[...] um romance, ou um poema, é um texto estruturado de modo complexo e [...] sua forma estrutural constitui, através de processos semióticos sociais, **uma representação de um mundo** caracterizado por atividades, estados e valores (grifo nosso).

Importa, especificamente, nessa citação, a expressão “representação de um mundo”, que caracteriza a obra literária como uma visão particular; cada texto, portanto, mesmo que incida sobre o mesmo assunto, abrigará posturas distintas. É necessário, entretanto, que ampliemos a citação: não é só a estrutura que representará esse mundo individual, todo o texto será fruto dessa representação.

Visto isso, é preciso que classifiquemos quem conta, no romance. Isto importa para a nossa análise, dada uma interessante peculiaridade desta instância diegética. Ressalvemos, antes da classificação, que iremos focar apenas as partes do romance em que a personagem Lóia está presente (o romance é dividido em três partes). Nesta obra, a narradora funciona como aquela interlocutora que “fala de alguém para outra pessoa”. Ela, segundo a tipologia do narrador de Gérard Genette (conforme discutida por Aguiar e Silva), é uma narradora autodiegética e de focalização também autodiegética. Isso implica dizer que ela é, além da protagonista do romance, o foco narrativo. Ou seja, todas as coisas se organizam por ela e em volta dela. Sobre esse tipo de narrador, Aguiar e Silva (2005, p. 772) comentam:

As mais subtis emoções, os pensamentos mais secretos, o ritmo de vida interior, tudo, enfim, o que constitui a história da intimidade de um homem [mulher], é miudamente analisado e confessado pelo próprio homem [mulher] que viveu, ou vive, esta história.

O que nos sugere que todas as instâncias da obra, qual uma conversa com um amigo contando-nos sobre um nosso desconhecido, ser-nos-ão apresentadas por Gita: a narradora.

Em suma: as palavras que irão construir todas as identidades na obra serão fornecidas por uma narradora que organiza o mundo sob a sua ótica ideológica (visão de mundo) e ao redor de si. A prisão ideológica que fará com que Gita só nos revele o que condiz com sua visão de mundo pode também nos aprisionar.

A cor e o misticismo: Lóia e Gita

A cor é um elemento que perpassa toda a obra. A palavra azul, por exemplo, aparece trinta e uma vezes no decorrer do romance³. As cores representaram, além da evidente diferença étnica, uma dualidade entre “mundos” na visão da narradora. Há, na África de Gita, dois espaços claramente delimitados:

E logo ali a casa se dividia em duas, a Casa Branca e a Casa Preta [...] [...] era rápido o crepúsculo, a bem dizer não havia crepúsculo, como não havia transição entre as casas: era a treva, ou a luz (GERSÃO, 2004, p. 10).⁴

A casa preta é o espaço de Lóia. É natural que haja uma divisão “nas casas”, já que há em Gita o problema (anteriormente aludido) da cisão maternal: de um lado há a casa preta, que a acolhe e lhe dá alimento; do outro, a casa branca, dos vilipêndios e demonstrações de desafeto. Contudo, essa separação enfeixa problemas peculiares.

A casa preta, em vários momentos da obra, será vista sob uma ótica mística. Este misticismo, para nós, não significa apenas a religiosidade; é voltado para a questão de imaginar um negro tingido de feitiçaria (no sentido pejorativo): “ali [casa preta] as coisas dançavam” (p. 11). Tal discurso tenta conferir

³ Devo essa informação ao amigo e poeta Oséas Oliveira.

⁴ Daqui em diante, as referências ao livro de Gersão serão feitas apenas por paginação. As citações de outras fontes, no entanto, serão devidamente referidas.

ao outro uma alteridade sobrelevada. No microcosmo que é o ambiente da narradora, semelhante atitude coincide com o que Childs e Williams (1997, p. 194-195) explicitaram: “Então, por exemplo, uma designação freqüente do discurso colonial é que o colonizado é primitivo ou místico”⁵. Essa tendência mistificadora no discurso da protagonista é confirmada na sua narração de uma conversa travada com uma amiga negra da escola, quando Gita questiona sobre feitiçaria:

É a Assa que um dia pergunto, no recreio: Já viste feitiços?
Ela ri, abrindo muito os olhos: Feitiço, sim, yáyáyáyá. Quando era pequena, acrescenta, rindo mais, contando logo:
Os rapaze vinha à noite, esfregava erva no cabo da enxada, batia palma, as minina ficava a ver, batia tamén palma, cantava. E então o cabo da enxada levantava, sem mão de ninguém que toca nele (p. 63).

O simples fato da escolha de narrar essa conversa e não outra já seria reveladora da tendência da narradora de acentuar uma caracterização do negro como místico. Além disso, a própria Gita ressalta sua atitude, frisando: “é a Assa que um dia pergunto”. Ora, a relação entre o pai e a filha (Gita), na obra, é bastante estreita, e ela sabe que ele já passou vários anos na África. Porém, ela prefere perguntar a uma amiga negra sobre feitiçarias, mistificando-a. Isto mostra que Gita preconcebe que essa amiga, por ser negra, conhece esta prática. Além disso, as duas meninas estão na mesma escola e, pelo tom da conversa, são da mesma série, ou pelo menos de séries próximas, porém, só Assa fala “errado”. Resta a pergunta: o que sabemos de Assa? Que ela é uma pessoa que conhece feitiços, que tem uma postura mística (abrindo muito os olhos), que ri de maneira característica de feiticeiros (“yáyáyáyá”); e que fala com desvios gramaticais até as palavras mais triviais.

Na verdade, este último ponto da descrição de Assa refere-se mais à outra concepção preestabelecida do colonizador: “the colonized are ‘primitive’”. Isto é, sobretudo, atribuído à Lóia. Gita, ao falar de sua ama-seca, diz que Lóia “[...] era um desafio à lógica comum [...]”. Ela tenciona mostrar Lóia mais mística, mais primitiva do que aparentava ser. No cotidiano, o comportamento da ama era outro: pagava suas contas, utilizava ônibus, cuidava de filhos (ações bem pragmáticas); isto representa, além da estratégia de tornar primitivo, uma maneira de subestimar e “negar a contemporaneidade” do outro. É o que afirmou Fabian (apud MIGNOLO, 2003, p. 173), denunciando que essa é “[...] uma estratégia do discurso colonial para subestimar outras culturas, situando-as numa escala inferior na marcha ascendente da civilização [...]”. Não iremos discutir o conceito de “marcha ascendente da civilização”, mas, no restante, concordamos com Fabian. Sabemos que os povos colonizados (nós) não pediram para, nem quiseram ser colonizados, porém, isso é um fato na vida deles (nossa) e eles (nós) têm que saber se defender desse inimigo que muitas vezes ameaça suas vidas. E se defendem, encontrando seu lugar nesse não lugar que é o seu país transformado pelo colonialismo, que os torna estrangeiros em suas próprias terras. Uma das estratégias de minar essa tentativa de defesa é mostrar o colonizado como primitivo e místico, impossibilitando a ascensão do dominado.

O colonizador não quer retirar o colonizado da subalternidade. O que ele oferece ao “fraco” é o acordo da mímica [mimicry]. Este conceito (e estratégia) é minuciosamente explicado pelo teórico Homi Bhabha. Irems abrir um parêntese em nossa crítica para discutir o que significa, para nós, esse recurso do colonizador.

É possível abordar a mímica sob vários aspectos. Para nossos propósitos, mostraremos apenas como ela pode ser uma chave de controle colonial.⁶ Ela é muito mais do que pura e simples imitação. A mímica é “[...] o desejo de um Outro reformado, reconhecível, *como sujeito de uma diferença que é a quase a mesma, mas não exatamente*” (itálicos do autor) (BHABHA, 2005, p. 130). Ela constrói uma

⁵ So, for example, a frequent designation of colonial discourse is that the colonized are ‘primitive’ or ‘mystical’ (Tradução nossa).

⁶ Para uma explanação da construção de uma resistência através da mímica, consultar Bhabha (2005, p. 129-138).

imagem do outro, quase como um semelhante, mas não exatamente. Esse desejo gerará o que Macaulay chamará de “uma classe de pessoas que são indianas [africanas, sul-americanas...] em sangue e cor, mas inglesas em gosto, opiniões e intelecto” (*apud* BHABHA, 2005, p. 132). São imitadores construídos pela fábrica do colonizador. A base da mímica é a repetição parcial. O outro é pressionado para ter o dominador como modelo, mas não é dada a “chave” fundamental para que o primeiro seja tal qual o paradigma: “[...] é a difusão “parcial” do cristianismo e a influência “parcial” do aperfeiçoamento moral que construirão uma forma particularmente adequada de subjetividade colonial” (BHABHA, 2005, p. 131). É instaurado um modelo oriundo do colonizador, mas no qual se mantenha certa diferença. Assim, a mímica funciona como controle colonial. Em outras palavras, são criadas, no colonizado, necessidades não necessárias, gostos por roupas e comidas, por exemplo, para que o mais fraco tente com todas as forças alcançar esse novo padrão de vida. O colonizador torna-se um ideal a ser seguido que, no entanto, devido a recursos daquele, é inatingível, uma vez que este não dá ao mais fraco as concessões para tal empreendimento. A mímica é uma maneira de mostrar que o colonizado depende do colonizador (e que este é superior) e, por ele ser o modelo, tentar uma eventual independência se torna desnecessário. Como me separar daquilo que quero um dia ser?

No microcosmo de Gita, apesar da escala menor, a situação não é diferente. Gita (e seu pai) faz com que Lóia sinta-se quase da família. Constrói-se em Lóia princípios que a fazem sentir quase como uma parente, mas nas fissuras desta incompleta construção, é transmitida a inferioridade de Lóia em relação aos membros legítimos da família. Ela é quase “família”, mas não pode ser completamente daquele meio. Lóia é, para Gita e seus pais, uma versão permitida da alteridade (assim como o colonizado é para o colonizador, no acordo tácito explicitado por Bhabha). De maneira prática, podemos extrair um exemplo do romance, para mostrar como é dado um modelo parcial para Lóia. Ocorre quando Gita e seu pai juntam alguns elementos que fazem parte da ceia de natal para dar de presente a Lóia (notemos que ela não necessita de Natal, uma celebração europeia). Mesmo dando a ceia, a família de Gita não introduz de todo Lóia num ambiente natalino. Ela não é chamada para a festa. Após presentear-lá com os produtos dessa época do ano, em vez de um convite para Lóia e sua família participarem de uma eventual festa natalina, Gita e seu pai apenas acompanham-na até o ponto de ônibus com os pacotes, para que ela volte para sua casa. O máximo que ela pode ter é um simulacro de uma ceia:

[...] Laureano procura na despensa, enche um cesto com aquilo que encontra, bolachas, chocolate, pão doce e uma garrafa de vinho e faz questão de lho levar ao machimbombo [...] Lóia não quer, ralha ao de leve, num grande riso – patrão – porque não acha certo ele carregar o peso [...] Até que chegamos à paragem do machimbombo [...] e nos juntamos à longa bicha de quem espera [...] (p. 27)

A mímica facilita a exploração. Na situação de Gita, fazer com que Lóia sinta-se integrada no seio familiar faz parte do acordo tácito que, mesmo com fins afetivos, não perde a característica de ser um trato de exploração. Gita quer uma “mãe” caridosa e subalterniza Lóia para que ela não se torne independente da casa dela e a abandone. Isso posto, passemos a outro ponto que consideramos de discussão fundamental.

Inevitavelmente, devido à dual e antagônica relação maternal de Gita, Lóia é constantemente comparada a Amélia, mãe biológica da narradora. Entre outros elementos comparativos, a cor, mais uma vez, é o elemento mais importante na diferenciação e qualificação. Em algum momento Lóia irá se tornar, para Gita, uma negra de alma branca. Este fenômeno foi estudado por David Brookshaw. Para ele, a inserção de um negro num ambiente branco (e racista) não rompe a dicotomia étnica, “[...] pois a personalidade preconceituosa vê nele uma exceção, um ‘negro com alma branca’, e assim preserva sua noção da categoria do outro” (1983, p. 12). Essa inserção fissa a barreira preconceituosa, mas não a quebra. Lóia, para Gita, é essa exceção, ela não pode ser totalmente negra (em decorrência de sua bondade):

A face branca de Lóia branqueando a face negra de Amélia. **Negro e branco são conceitos variáveis**, eu sempre soube disso. **Lóia era branca**. Luminosa. A quase piedade, vizinha da compreensão [...] (p. 174) (nossos grifos).

Ao fazer essa comparação, a narradora permite-nos afirmar que, para Gita, a cor (étnica) é determinante de qualidades. Lóia pode ser branca por ser boa, e Amélia, mesmo branca, torna-se negra, porque é má, constituindo a variedade conceitual aludida na citação. Dessa maneira, ocorre uma demonstração de conceitos cristalizados ou verdades inevitáveis. Gita ecoa uma constante no pensamento ocidental: a cor negra como imagem do ruim. Isto se dá através de dois recursos da linguagem conhecidos como habituação e legitimação.

Roger Fowler, no livro *Crítica Lingüística*, explica-nos esses dois processos. Quando nos servimos da língua para abordar temas sociais, pessoais e políticos, nos imbuímos imperceptivelmente de conceitos legitimados. Isso ocorre de forma perversa, pois estes conceitos são-nos implantados na infância, quando somos expostos a essas categorias preestabelecidas na escola⁷, por professores, que, logicamente, também foram vítimas da legitimação. Somos direcionados a aceitar como verdades certas coisas que não correspondem a verdades em si. Qual o verdadeiro motivo de negativarmos a cor negra, e acharmos tudo relacionado a ela sombrio e maléfico? Não há razões empíricas ou científicas; há convenção. É o que ocorre com Gita, por esta ter sido exposta a práticas legitimadas na escola/sociedade/família. Então, inconscientemente, ela acaba por inferir que as cores determinam quem é a pessoa. Lóia precisa, para Gita, ser uma negra de alma branca para ser “a quase piedade”. Em termos específicos, Fowler (1994, p. 52-3) afirma:

A nossa língua pessoal é restrita e mundana e, na medida em que incide sobre tópicos sociais, pessoais e políticos, torna-se profundamente ideológica por depender de conceitos legitimados. Assim se legitimam também conceitos como os de “raça”, “igualdade”, “progresso”, “valor”, “indivíduo”, “amor”, “inteligência”, [...] ou seja, todos os termos essenciais ligados à nossa vivência quotidiana e às relações que estabelecemos com os outros.

A habituação é um processo semelhante. A linguagem habituada funciona como um fóssil linguístico. De tanto usarmos determinados signos, esquecemos as relações existentes entre significados e referentes. É tão comum que se perceba a cor negra como espúria, que fazer uma relação entre a negrura e a brancura como determinantes de caráter torna-se coerente. As pessoas no quotidiano realizam isso sem perceber: é o dia que está feio por estar escuro; é o indivíduo sombrio por estar todo de preto. Na verdade, não há uma relação natural entre negro e maligno/feio/sombrio. Há uma relação construída, artificial. Embasemos-nos novamente em Fowler (1994, p. 59):

Resumindo, embora a língua crie o conhecimento, venha em auxílio do pensamento e simplifique a percepção, este dom tem duas desvantagens: as categorias codificadas pela língua podem fossilizar-se e tornar-se inconscientes, assumindo-se como produtos e instrumentos de uma sociedade repressiva e injusta [...]

Essas categorias codificadas nos alienam para aceitarmos naturais comparações como a feita por Gita: a cor varia, porém, o negro será sempre ruim e o branco bom. O que pode ocorrer é o branco imiscuir-se de negro e vice-versa.

Em resumo, Lóia é vista por Gita como alguém místico, primitivo, e que, por sua bondade, é inevitável que seja uma negra de alma branca.

⁷ Em tempo, lembremos que a Escola, e família, para Louis Althusser, funciona como transmissor fundamental dos Aparelhos Ideológicos do Estado (2001).

Subalternidade e silêncio

Neste ponto, enfatizaremos como ocorre o colonialismo (subalternização) através do que não é dito por Gita. Ressaltemos, mais uma vez, que no romance só quem fala é Gita, e o seu discurso, como todos, é fruto de suas tendências ideológicas. Citemos Van Dijk (*apud* PEDRO, 1997, p. 134-5), para nos embasar:

Em enunciados escritos ou orais, a escolha entre realçar uma informação ou relegá-la para um plano secundário dependerá da sua importância, da sua relevância contextual e, por conseguinte, também daquilo **que é importante para o enunciadador** enquanto membro de um grupo (nosso grifo).

Por ser membro do grupo da casa branca, algumas posturas de Gita serão bastante dominadoras. Primeiro, Gita, em sua narração, mostrar-nos-á que Lóia é sempre servil. É um ente que, embora querido, é mostrado sempre trabalhando. Isso pode ser percebido quando Gita narra:

Lóia punha na mesa o leite e a fruta [...] (p. 15);
Ela torce a roupa, molhando os pés [...] (p. 16);
Lóia murmura uma frase em voz baixa, por entre dentes, enquanto limpa o soalho dos ladrilhos (p. 31).

Não discutimos o fato de Lóia ser ou não a subalterna da casa de Gita e ter que fazer todos os afazeres domésticos. Atentamos para o fato de a ama de leite aparecer sempre fazendo os trabalhos domésticos. Essa constante repetição é inconcebível: uma pessoa, por mais trabalho que tenha para fazer, passar todo o tempo a realizá-lo seria tortura. A opção de delimitar o espaço de Lóia no trabalho faz realçar sua posição subalterna na casa, servindo, também, para mostrar como Gita está aprisionada ao discurso da casa branca, por enfatizar esse papel social de Lóia.

Segundo, podemos perceber essa tendência colonizadora de Gita na narração das conversas com Lóia. Em uma conversa, vários elementos são significativos para que compreendamos a desigualdade entre pessoas de níveis diferentes. Há a distribuição de turnos, seleção de assunto, encerramento da conversa, etc. (cf. FAIRCLOUGH, 2001, p. 192-8). Para nós, o elemento mais significativo numa conversa é a distribuição de turnos. Esta não ocorre de maneira igual e democrática entre os falantes. Antes disso, o turno necessita ser tomado. E, numa conversa na qual as pessoas estão em franca desigualdade nivelar, o mais fraco não pode tomar a vez. É necessário que o direito de voz seja implicitamente autorizado a ele. Podemos perceber esse controle, amparado no poder, em uma interação discursiva convencional entre professor e aluno. O professor detém o direito de perguntar ou falar inicialmente, os alunos devem, antes de iniciar um turno, fazer algum gesto que denote permissão; o professor ainda pode avaliar as respostas dos alunos, etc. Nas análises das poucas conversas entre Gita e Lóia, apesar da pouca idade de Gita, a ama-seca faz sempre o papel do fraco: Gita inicia os turnos. Retiramos da teoria de Fairclough sobre o assunto, um esquema representativo das tomadas de turno em uma conversa: (1) P [poderosos] pode escolher N-P [não poderosos], mas o inverso não é possível; (2) P pode escolher a si mesmo (a), mas N-P não pode; (3) e o turno de P pode ser estendido a qualquer número de pontos de completude possíveis (cf. 2001, p. 193). As posições P de Gita e as N-P de Lóia podem ser exemplificadas com os seguintes três exemplos:

- 1 Estás a falar com quem? Pergunto.
Com as formigas, diz ela, sem parar de esfregar e sem tirar os olhos do chão (p. 31).
- 2 Onde moras? Pergunto.
Ela diz: Longe. E suspira.
Mas “longe” onde é, quero saber [...] (p. 26)
- 3 Tens lugar para mim, lá onde moras? Pergunto [...] Eu tem. (p. 29).

Gita faz as perguntas, Lóia responde, nos três excertos. Gita, além de deter o direito de perguntar, ela ainda avalia a resposta de Lóia, considerando-a insuficiente no segundo exemplo, tal qual um professor: “Mas longe onde é, quero saber [...]”. A forma direta e seca de perguntar também reveste Gita de uma autoridade digna de nota; ela age como se fosse impossível Lóia negar-se a interagir, mesmo que a ama esteja no meio da execução de uma tarefa doméstica (“[...] sem parar de esfregar [...]”). E cabe ainda uma interpretação paralela. Lóia no primeiro exemplo não chega sequer a tirar os olhos do chão “por estar a falar com as formigas”, para responder a Gita. Isso reflete a atitude de uma pessoa tão subserviente que nem ao menos ergue os olhos para, numa conversa, fitar o superior. E a escolha de falar sobre esse gesto, mais uma vez amparada na questão da escolha motivada pela ideologia pessoal e de grupo, já citada, reflete a maneira que Gita vê Lóia. É mais um elemento da subalternização sofrida por Lóia.

Finalmente, e deslocando o foco para outras personagens, podemos citar, ainda em relação às escolhas determinadas por ideologias, um trecho da obra, no qual percebemos uma distinção entre homens e negros:

À direita do navio [...] onde um homem lava o deque [...]
Dois homens atiram uma prancha [...]
Um **negro** estende-nos a mão
[...] **outro** [negro] estende roupa [...] (nossos grifos) (p. 70).

Quando a narradora chama a atenção para a existência de homens realizando atividades e, em seguida, revela que “um negro entende-nos a mão” e não um homem, como fez no início do trecho, é perceptível, por inferência, a distinção aludida, mesmo não tendo sido dito que os primeiros homens eram brancos. O silêncio a respeito da cor dos homens é inquietante; mas qual a motivação dessa distinção entre os viventes descritos na passagem acima em tão curto espaço (alguns parágrafos), senão para ressaltar a diferença entre homens e negros? Negros, nessa concepção, seriam não-homens.

Considerações finais

O papel do crítico, ao longo da tradição, variou vertiginosamente. Entendemos, atualmente, o crítico literário como um revelador. Ele é responsável, mesmo com sérios riscos, por fazer leituras não habitadas e legitimadas (no sentido que alude Fowler, 1994) dos textos literários. Esse estudioso deve entender que não existe neutralidade em códigos linguísticos (inclua-se a literatura) e é seu papel descobrir o que há por trás dos véus.

Sabedores dessas condições, arriscamos-nos em mostrar que, numa obra comumente vista como relacionada a uma exaltação do negro por parte de uma menina/narradora branca, existe, velado, o problema do preconceito. Como esperamos ter demonstrado, a subalternização sofrida por Lóia é uma chave para sua exploração (até a afetiva). O preconceituoso utiliza-se de vários elementos para a legitimação desta ofensa: mímica, subalternização, primitivização, etc. A todo instante esses elementos podem ser vislumbrados, mediante esforço, por trás dos normalizados vocábulos.

Sabemos, também, que a obra analisada e suas representações transcendem o microcosmo doméstico, e que a colonização analisada pode ser aplicada à totalidade do regime colonial ao qual os africanos foram submetidos. Porém, o que fica patente é que a colonização – a subalternização – é um ato que acontece no âmbito do microcosmo público e do privado e independe de grandes comunidades para atuar. É no plano familiar, por vezes, que o colonialismo é mais praticado, dada a familiaridade que mescla repressão com docilidade.

Em linhas gerais, o que sabemos de Lóia, graças à ótica da narradora, é que ela era submissa, primitiva, subalterna etc. O que, sem dúvida, choca-se, como já aludimos, com o afeto que Gita alegava ter por Lóia. Há trechos da obra, contudo, nos quais Gita demonstra uma preocupação com Lóia, até

mesmo um amor filial, mas soa-nos falso esse amor, pela maneira como Lóia é apresentada. Ainda vimos que, por ser uma pessoa boa e piedosa, Lóia está, para Gita, tingida com a cor branca da piedade e da bondade.

Como enxergar o outro lado da medalha quando o narrador autodiegético fielmente nos mostra apenas um lado? É sempre um falar sobre que irá constituir o ethos de qualquer outro sujeito na obra. As escolhas (restringidas, em parte, pela ideologia do grupo à qual a enunciativa pertence) da narradora estarão presentes nesse discurso. O substrato imagético é sempre incerto e tendencioso.

O crítico deve resgatar as motivações dos signos que determinaram que, no momento de escolher o que dizer, os textos apresentassem certas coisas e outras não. Aí sim, a crítica literária terá mais um objetivo sólido a alcançar, além de teorizar sobre si mesma.

Referências

- AGUIAR E SILVA, Vitor Manuel de. **Teoria da literatura**. 8. ed. Coimbra: Almedina, 2005.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. 8.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- BROOKSHAW, David. **Raça e cor na literatura brasileira**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- CHILDS, Peter; WILLIAMS, Patrick. Post-colonial intersections. In: _____. **An introduction to post-colonial theory**. Harlow: Pearson Education, 1997.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UNB, 2001.
- FOWLER, Roger. **Crítica linguística**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.
- GERÇÃO, Teolinda. **A árvore das palavras**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2004.
- MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- PEDRO, Emília Ribeiro. (Org.) **Análise crítica do discurso**: uma perspectiva sociopolítica e funcional. Lisboa: Caminho, 1997.
- SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Recebido em: 20.07.2018

Aprovado em: 09.08.2018

Para referenciar este texto:

SILVA, Frederico José Machado da. (Des)construção de preconceitos e subalternização em A árvore das palavras, de Teolinda Gersão. **Revista FAFIRE**, Recife, v. 12, n. 1, p. 63-72, jan./jun. 2019.